A educação rural como instrumento de expansão econômica e social

*Arnaldo Niskier**

1. Introdução; 2. Escassa qualificação; 3. A reversão; 4. A projeção para o ano 2000; 5. Senar; 6. Educação, o recurso-chave; 7. As forças restritivas; 8. Pletora de projetos; 9. A preparação dos jovens; 10. Um exemplo; 11. A valorização.

1. Introdução

A tradição secular de centralização da educação brasileira deu como conseqüência o trato relativamente superficial de tudo o que se refira ao ensino rural. Se do Rio de Janeiro era comandado o destino da nossa pedagogia, durante tantos anos, como supor que pudessem ser atendidas as peculiaridades locais ou as diferenças regionais?

Somente a partir de 1960, com a transferência da capital para Brasília e a conseqüente abertura de estradas, rasgando o País na descoberta do seu interior, tornou-se possível a existência do pensamento a favor de uma educação rural com características próprias e que não constituísse uma solução simplista e mero arremedo do que se aplica ao meio urbano. Nasceu assim o sentimento de desurbanização do currículo.

Chegou-se a executar uma política desastrosa para o homem do campo, subestimando a sua capacidade e as suas potencialidades.

* Professor titular de História e Filosofia da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; doutor em educação; membro do Conselho Estadual de Educação; ex-secretário de Ciência e Tecnologia da Guanabara; diretor das Empresas Bloch; membro do Conselho de Administração do Prontel.

Ministrava-se uma educação de segunda classe para as zonas rurais ou um ensino marcado por opiniões predominantemente urbanas, numa linguagem de difícil assimilação pela clientela a que se destinava.

Sem o conhecimento da realidade do campo, sua problemática, o universo vocabular dos seus homens (consideradas as diferenças de região) e suas estruturas psíquicas, torna-se impraticável obter resultados expressivos, no que se refere ao fenômeno educacional.

Criou-se um grande abismo entre a educação destinada à população urbana e a vinculada ao homem do campo, este exigindo mensagens bem mais simples para a sua completa absorção.

Diante desse quadro, a primeira colocação de relevo que fazemos é a seguinte: *falta ao Brasil um modelo de educação rural.* Hoje, várias iniciativas estão em andamento, inclusive para se traçar o perfil da clientela. Existe a perspectiva de uma larga utilização de tecnologias educacionais, através de um processo de transferência, mas é preciso fixar a necessidade de uma coordenação de esforços, a fim de evitar a duplicidade indesejável e perdulária. Há vários ministérios e diversos grupos de trabalho pretendendo a mesma coisa, ou seja, identificar políticas e estratégias para dar à educação rural o tratamento prioritário de que carece. Entendemos que a maior responsabilidade cabe ao Ministério da Educação e Cultura na coordenação do assunto.

Colocada a premissa de que a educação rural deve ser diferente e por isso merece um cuidado todo especial, queremos referir-nos a um segundo e importante aspecto: as imensas distâncias do nosso país induzem ao exame das virtualidades da teleducação. Estivemos muito próximos do lançamento de um satélite doméstico de telecomunicações, projeto adiado em virtude das nossas atuais dificuldades cambiais, e que poderia repetir o uso que dele se faz em países como a Índia e o Canadá.

Mas enquanto não é possível pensar de forma tão sofisticada e cara (era um projeto de US$ 160 milhões), melhor faria o sistema se potencializasse o uso da televisão, do cinema e especialmente do rádio educativo, um instrumento de custo bastante reduzido e que cobre praticamente todo o território nacional, com os seus 40 milhões de aparelhos e 90 milhões de ouvintes, ou seja, 80% da po-

pulação. Somos francamente partidários de projetos de educação rural com a plena utilização do rádio, acompanhado de materiais de apoio elaborados por especialistas com ampla vivência das necessidades do homem do campo. A idéia não chega a ser original, pois faz muito sucesso na Colômbia e no Senegal, por exemplo. Com a excelente rede montada pelo "Projeto Minerva" em todo o País, cobrindo os nossos estados e territórios, abrangendo 1.200 emissoras de rádio, seria relativamente simples a formalização de um grande projeto nacional de educação rural.

Destaque-se a iniciativa da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro e da Emater-RJ. Já em 1978, as duas instituições promovem a qualificação de técnicos de 1º grau em olericultura, rizicultura, cana-de-açúcar e suinocultura, aproveitando *know-how* da Fundação Educacional Padre Landell de Moura (Feplan), do Rio Grande do Sul. Esses técnicos são treinados através de um sistema combinado de rádio e material de apoio impresso, com amplos recursos do Programa Nacional de Teleducação (Prontel) e do MEC. Melhor seria que projetos assim fizessem parte de uma rede brasileira, bem estruturada, organicamente constituída, a fim de que as iniciativas não fossem isoladas e servissem de pretexto para a existência de uma *estratégia nacional de educação rural.*

2. Escassa qualificação

Do total da população economicamente ativa brasileira, 13 milhões (isto é, 44%) localizavam-se, segundo o censo de 1970 do IBGE, na agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca. Esses 13 milhões de brasileiros possuem duas características que se inter-relacionam: a) a escassa qualificação profissional; b) o baixíssimo nível de produtividade. Tais características os levam, juntamente com cerca de 40 milhões de pessoas, que constituem seus familiares e dependentes, a uma condição subumana de vida, integrantes de um estrato social em que não são atendidas as exigências mínimas do comer, vestir, morar, ou da saúde, educação etc.

A conseqüência direta desta situação é um fenômeno de grande importância que se processa no País. As atuais formas produtivas levam a concentrações populacionais cada vez mais numerosas,

acarretando uma liberação crescente de mão-de-obra agrícola, o que alimenta o fluxo de pessoas para as regiões urbanas e ocasiona o crescimento e adensamento de cidades. A urbanização, aliás, que ocorre hoje em todo o mundo, é a grande mudança social deste final de século.

Segundo o Prof. Luiz Armando de Medeiros Frias, em conferência este ano na Escola de Guerra Naval, "uma grande parcela da Terra, o denominado "Terceiro Mundo", defronta-se com desafios pertinentes ao efetivo populacional, à velocidade de crescimento, à crescente urbanização e, principalmente, à desmesurada escassez de recursos econômicos. Objetivamente, estes são os problemas dos países em desenvolvimento e, em grande parte, são questões perfeitamente pertinentes ao Brasil e ao seu povo."

A industrialização e a urbanização, trazendo o surgimento das grandes metrópoles, fizeram das décadas de 60 e de 70 o momento a partir do qual o Brasil se transformou num país urbano, porém sem qualquer preparo ou infra-estrutura para tal. No Simpósio Nacional sobre Telepromoção Rural, promovido pela Feplam, com o apoio do Ministério do Trabalho, em Porto Alegre, o Prof. Jorge Furtado assinalou que com o deslocamento dos habitantes do campo para as cidades surgiram grandes massas de população despreparada para um novo estilo de vida requerido pelo desenvolvimento. As famílias, sem cultura urbana e com muitos filhos desajustados, estão sendo submetidas ao desafio da aculturação. Acrescentou que: "Geralmente, fixam-se em anéis periféricos dos conglomerados citadinos, colaborando para aumentar os índices de mortalidade infantil, o grau de desnutrição, e morando em casebres, fazendo biscates ou exercendo profissões simples no campo da construção civil ou em serviços braçais."

3. A REVERSÃO

Além da fragilidade das estruturas das cidades e da problemática para a obtenção de recursos financeiros e legais, a fim de fazer frente a essa demanda migratória, a realidade brasileira — em especial no seu aspecto geográfico — *exige que anulemos esse fenômeno, e, em determinados casos, deveremos até invertê-lo, ao invés de procurarmos solucioná-lo.* O recém-criado Serviço Nacio-

nal de Formação Profissional Rural (Senar), depois de numerosas pesquisas, concluiu que as causas do fenômeno são várias: "A literatura cita principalmente que as baixas condições de vida e trabalho nas zonas rurais, associadas à imagem de prosperidade, conforto e abundância de empregos, divulgada pelos meios de comunicação como existentes na zona urbana, originaram a migração do campo para a cidade. Ir para a cidade representa a busca de melhores condições de trabalho, de educação e de conforto. Em contrapartida, representa para a cidade um acréscimo insuportável de demandas de toda a ordem."

4. A PROJEÇÃO PARA O ANO 2000

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Boletim Demográfico 1977, divulgaram a projeção populacional brasileira, segundo a qual no ano 2000 seremos 202.268.800 pessoas, das quais apenas 29,51% — ou seja, 59.636.000 — estarão no meio rural.

As projeções feitas a partir de 1981, em relação ao crescimento total da população, ao crescimento da população urbana e ao crescimento da população rural, são as seguintes:

Brasil — população

Ano	Total	Pop. urbana	Pop. rural
1981	126.438,8	81.076,8	45.366,0
1985	140.782,3	92.934,5	47.847,8
1990	159.974,4	108.468,0	51.506,4
1995	180.454,9	124.973,8	55.481,1
2000	202.268,8	142.572,8	59.696,0

É evidente que para os problemas existentes no meio rural e para outros que surgem como conseqüência, as soluções são difíceis, porque se buscarmos respostas simplificadas criaremos novos impasses, às vezes mais profundos, de ordem política, econômica, administrativa, social ou ecológica.

Aqui aparece o recurso-chave: a educação. Antes de irmos adiante, convém que se ressalte a missão das duas entidades já citadas: a

Fundação Padre Landell de Moura e o Senar. A Fundação Padre Landell de Moura, sediada em Porto Alegre, nasceu em maio de 1967, como decorrência da evolução e crescimento das atividades do Serviço de Rádio e Televisão Educativa, criado dois anos antes em convênio do MEC com a Secretaria de Educação gaúcha. A Feplam objetiva realizar programas de educação que contribuam para a promoção do homem. É através da teleducação que a Fundação tem desenvolvido seu trabalho, utilizando-se dos recursos de comunicação social já existentes na comunidade gaúcha, ou seja, rádio e TV comerciais, os espaços da Portaria nº 408/70, utilização de cassetes e audiovisuais. Seus cursos são bastante apreciados, notadamente nas áreas de telepromoção rural e iniciação profissional.

Um dos departamentos mais importantes da Feplam é o de telepromoção, cujo objetivo, através de equipes com experiência em comunicação e supervisão educacional, é implantar, implementar e supervisionar a utilização de programas e projetos planejados ou produzidos pela entidade, visando a dinamização das atividades de teleducação na comunidade. A realização dos trabalhos se processa através de contatos com órgãos públicos e privados que possibilitam a apresentação dos diversos projetos, cursos e programas produzidos pela Feplam, especialmente aqueles que possam suprir carências da comunidade, a partir do levantamento das necessidades. Tem ainda como objetivos orientar as coordenações de telecentros e as telecoordenações municipais para que sejam desenvolvidas: a) a divulgação dos projetos, cursos e programas; b) a inscrição de telealunos; c) a instalação de telepostos; d) a distribuição de materiais; e) a avaliação da aprendizagem.

5. Senar

Outra esperança nasceu com o surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

De acordo com o art. 2º do Decreto nº 77.354, que criou o Senar, são as seguintes as suas finalidades:

1. Organizar e administrar, em todo o território nacional, diretamente ou em colaboração com órgãos e entidades públicas, ou particulares, programas de formação rural.

2. Estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional rural.

3. Elaborar e difundir recursos para instrução adequados à preparação de mão-de-obra rural.

4. Colaborar, com organismos nacionais e internacionais, em atividades pertinentes à formação profissional rural.

O Senar, nascido a 31 de março de 1976, é melhor definido nas palavras do Presidente Ernesto Geisel: "A criação do Senar é feita sob a inspiração do Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, e vem preencher uma lacuna que há muito vinha sendo sentida. Talvez ele pudesse ter sido realizado há mais tempo, mas não vamos culpar ninguém. Preferimos viver a realidade atual do Brasil. Com este Serviço, vamos valorizar o homem da área rural, sob o ponto de vista econômico e social, abrindo-lhe oportunidades que se inserem no objetivo do meu Governo. O Brasil só pode ser uma grande nação se tiver uma boa agricultura e pecuária, porque a industrialização virá em conseqüência. Outro ponto que quero destacar é a fixação do homem no meio rural, reduzindo a pressão urbana progressivamente, oferecendo-lhe melhores condições de vida."

6. Educação, o recurso-chave

Sabemos que dentro do leque de fatores que contribuirão para melhorar as condições de vida do homem do campo, dando-lhe, ao mesmo tempo, razões objetivas para que se fixe e, dali, participe do desenvolvimento socioeconômico global da sociedade brasileira, está a educação, meio através do qual se busca ampliar os limites da consciência do homem, a fim de que ele modifique o seu comportamento. Uma educação cujo conteúdo somente poderá se adequar à realidade do país se for planejada sobre uma reflexão crítica, a partir da nossa perspectiva sociocultural. Pois a educação é, ao mesmo tempo, um produto do sistema e um dos instrumen-

tos essenciais à sua sobrevivência; e dela deveremos alijar algumas de suas mais negativas características: 1. conteúdo e forma elitistas, que transmitem conhecimentos, valores e normas não correspondentes às necessidades e situações da população; 2. estrutura de funcionamento autoritária e paternalista; 3. carência de recursos humanos e materiais para atender a todos.

Somente a partir de uma concepção e revisão mais profunda e ampla é que tornaremos de fato a educação um fator indispensável e dinâmico dentro da estrutura do desenvolvimento. A educação cria, influencia e determina o quadro sociocultural; preserva o patrimônio de conhecimento e o enriquece, tornando possível a descoberta de novos métodos e técnicas. A educação, já comprovada em termos de investimento econômico como substancial para a produção, transcende a essa função, pois significa o próprio progresso da espécie humana. Investir em educação, além de possibilitar o bem-estar geral, é, dentro da nossa realidade, trazer para a sociedade de consumo toda uma população que, numericamente, representa um outro país (até mais de um) existente dentro de nossas fronteiras.

Do nosso período colonial, o legado talvez mais negativo para o Brasil registrou-se no setor da educação, cujos modelos desenvolvidos desde então têm sido quase inúteis para a nossa realização plena como sociedade. Somos um país em desenvolvimento, portanto precisamos lançar mão de todos os recursos e a educação tem um custo demasiado elevado e uma função econômico-social muito profunda para que seja tratada como um ornamento dentro do nosso sistema.

Além de demonstrarem uma formação estritamente urbana, a começar pelos próprios professores, os programas de educação rural apresentam-se com numerosas deficiências, entre as quais podemos enumerar:

1. São organizados sem obedecer a uma política homogênea de desenvolvimento do meio rural, o que deveria ser parte de um esforço global de mudança. Este fato os torna discriminatórios e restritivos, favorecendo apenas certos grupos minoritários e privilegiados da sociedade.

2. São corretivos e dificilmente buscam contribuir para a eliminação das verdadeiras razões do atraso no desenvolvimento.

3. Têm orientação individualista, promovendo atitudes de rivalidades, em vez de promoverem atitudes de cooperação e espírito comunitário.

4. Carecem de prosseguimento e de mecanismos de avaliação.

5. Não têm contado com o apoio decidido dos governos, os quais prestam atenção periférica não correspondente à importância e magnitude que a tarefa implica.

7. As forças restritivas

Considerando os levantamentos das forças restritivas ao desenvolvimento de uma política de educação rural, inclusive trabalho do próprio Senar, podemos apontar alguns aspectos da situação, embora simplificados:

- a falta de mão-de-obra qualificada, nas localidades onde a maior parte do trabalho agropecuário é realizada à base de atividades primárias, mediante procedimentos tradicionais, alguns que remontam à época dos indígenas. Tal fato ocasiona o aumento da massa de população constituída de cultivadores de nível de subsistência ou agricultores comerciais em pequena escala, cujos níveis de vida material e rendas em dinheiro são muito baixos;

- os reduzidos índices de cultura agrícola pastoril, expressos desde deficientes técnicas de estocagem até o tratamento e transporte da produção. Assinale-se também a utilização inadequada de tecnologia por agentes improvisados, desprovidos das condições mínimas exigidas e movidos pelo espírito de imitação, sem qualquer discernimento;

- as condições subumanas de vida, contracenando com a propalada vida confortável e progressista da zona urbana, aprofundam a convicção dos pais camponeses e também de seus filhos, à medida que vão crescendo, de que devem abandonar o tipo de vida

que conhecem. Quer dizer, psicologicamente, desejam deixar o meio em que vivem, mesmo frente à perspectiva de se desqualificarem nos centros urbanos, onde se fixam em favelas ou nos subúrbios;

• o ensino de 1º grau no Brasil tem outro de seus problemas críticos nas deficiências existentes na zona rural. Além de professores que às vezes têm apenas formação urbana, despreparados portanto para o ensino no campo, registra-se uma baixa qualidade dos conteúdos ministrados nas escolas, além de um número verdadeiramente espantoso de professores leigos, ou seja, sem nenhuma formação.

O percentual da população escolarizável — dos 7 aos 14 anos — que se encontra sem qualquer assistência é muito expressivo, devendo andar em torno de 7 milhões de jovens. Outros indicadores, como evasão e repetência, denunciam a gravidade da situação. A evasão, principalmente na passagem da 1ª para a 2ª série, deriva-se, além de fatores socioeconômicos, do expressivo índice de repetência: mais de 50%. Este índice agrava-se ano a ano, devido à má qualificação do magistério na zona rural, cuja incidência de professores leigos — sem falar da carência quantitativa — chega em alguns estados a 90%. A situação precária do ensino fundamental no campo deve-se, também, à falta de condições dos municípios para administrar parte do sistema educacional que lhes compete, embora o Pró-município, criado pelo MEC especificamente com esse fim, já exista há mais de dois anos e atue em 739 (menos de 25%) dos 4 mil municípios brasileiros.

8. Pletora de projetos

A educação rural no Brasil apresenta uma característica que poderá, no futuro, trazer prejuízos à sua rentabilidade: é a pletora de projetos. Não só escolas e professores constituem a essência da educação rural, para a qual são imprescindíveis a formação profissional, a assistência técnica e a extensão rural. O II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-6 (II PND), no conjunto de objetivos e diretrizes da ação governamental, estabelece as bases para programas específicos no meio rural, no sentido de criar as condições necessárias para o seu desenvolvimento social e econômico. Esse desenvovimento, que resultará da conjugação de esfor-

ços de diversos setores atuantes, acarretará transformações no meio rural, em especial nos aspectos sociais e de qualidade de vida.

Dentro desse quadro institucional, o MEC, numa preocupação permanente acerca das necessidades sociais do país e de cada região e sempre em confronto com a formação proporcionada pelo próprio sistema, considera que a educação nas áreas rurais exige de parte de planejadores e administradores uma atitude toda própria, visando-se o atendimento dos anseios reais da comunidade. O II Plano Setorial de Educação e Cultura, que consubstancia medidas operacionais decorrentes da Política Nacional Integrada da Educação, prevê, entre as metas a serem atingidas:

- expansão de escolarização nas zonas rurais, de acordo com as potencialidades e especificidade de cada região do país, procurando assegurar, pelo menos, quatro séries de educação fundamental;

- melhoria da produtividade do ensino de 1º grau pela redução dos índices de evasão e repetência escolar de forma integrada com outros setores de atividade social e econômica e pela preparação de recursos humanos;

- intensificação da assistência nutricional ao alunado de 1º grau;

- desenvolvimento de processos educativos — formais e não formais — que se ajustem às necessidades e peculiaridades socioeconômicas das diferentes regiões rurais do País.

A operacionalização da política educacional de atendimento à zona rural vem se efetivando de várias formas, sendo uma delas a execução do já mencionado Projeto de Assistência ao Ensino Municipal (Promunicípio). Este, sob a coordenação nacional do Departamento de Ensino Fundamental, baseia-se no princípio de descentralização da administração executiva da educação, especialmente quanto ao ensino de 1º grau. Subjacente a esse princípio, considera-se o de estímulo à ação local, como agente poderoso de mobilização da comunidade em favor de sua participação no equacionamento de problemas — não apenas de ordem educacional — mas no contexto global da problemática que a caracteriza. Destacam-se outras ações, tais como: a) programas de alfabetização e edu-

cação continuada; b) construção e instalação de estabelecimentos de ensino agropecuário, visando a ampliação de oferta de formação profissional para o setor; c) capacitação de professores leigos; d) apoio técnico e financeiro a instituições que atuam no meio rural; e) programa de extensão universitária, visando a aproximação entre universidade e sua realidade regional; f) programas de alimentação escolar; g) distribuição de material escolar; h) estudos e pesquisas sobre educação no meio rural.

Ainda sob orientação do MEC, existe a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (Coagri), criada em 1973, e que presta atualmente assistência técnica e financeira a 34 estabelecimentos de ensino agropecuário e economia doméstica rural, bem como assiste a mais nove unidades que funcionam sob responsabilidade de secretarias de educação. A Coagri aprovou e está financiando, desde 1977, através do Fundo Especial, 210 projetos agropecuários que vêm servindo como campo de produção e finalidades didáticas, sendo 160 projetos em colégios e 50 em escolas de 1º grau agrícolas.

A entidade desenvolve as seguintes atividades:

- encarrega-se da promoção do desenvolvimento e da divulgação do ensino agropecuário e do aperfeiçoamento de técnicos e auxiliares necessários ao setor agropecuário;

- encarrega-se da coordenação, do controle e da avaliação das atividades técnico-administrativas, educativas e financeiras, desenvolvidas pelos estabelecimentos que lhe são subordinados;

- através das suas unidades de ensino, encarrega-se da comercialização da produção dos estabelecimentos, produção esta realizada através de projetos por ela financiados, de acordo com a filosofia do sistema escola-fazenda.

9. A preparação dos jovens

No contexto nacional, a preparação profissional de jovens revela-se uma prioridade no meio rural. O Ministério do Trabalho promo-

veu o I Encontro para a Organização e Desenvolvimento do Sistema Nacional de Formação Profissional. A finalidade foi integrar ao Sistema, no que lhes couber, as instituições que atuam no setor. Para se ter uma idéia do número de instituições atuando direta ou indiretamente no setor, basta dizer que na lista dos órgãos convidados para este I Encontro 12 eram vinculados ao Ministério da Agricultura; quatro ao MEC; três ao Ministério da Indústria e Comércio; sete ao Ministério do Interior; um ao Ministério da Previdência Social; oito ao Ministério do Trabalho; quatro à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, além das Confederações Nacionais da Agricultura e dos Trabalhadores na Agricultura. Total: 41 órgãos.

É evidente que esse encontro representou um passo efetivo no sentido de unir as forças dispersas e atuantes nessa luta gigantesca. Mas, deve-se ter em mente que a natureza dos problemas da educação exige modificações mais profundas do que a simples mudança de currículo e instalações de escolas de capacitação. Como diz o estudioso paraguaio Juan Diaz Bordenave, técnico da OEA, trabalhando há alguns anos no Brasil, o desenvolvimento rural comporta diversos tipos de ingredientes, dos quais o principal é o agente humano, com seu desejo de mudança, de progresso, de conhecimento, conseqüente à educação.

É exatamente através da educação que o homem do campo se tornará consciente de seus limites e potencialidades; será treinado e utilizará métodos desenvolvidos pela ciência e pela tecnologia; usará os recursos naturais e aqueles que a própria sociedade lhes reserva em seu próprio interesse (incentivos fiscais, legislações etc); procurará sempre se atualizar em relação aos recursos materiais e às novas idéias e concepções desenvolvidas, visando o melhor desempenho da sua atividade, dentro do processo econômico e social da comunidade.

10. Um exemplo

Um exemplo da necessidade de nova concepção em educação é dado, muito oportunamente, por Bordenave. Para ele, um homem do campo que produz apenas o suficiente para a própria sobrevivência e de sua família não tem qualquer problema, pois a situa-

ção é tudo o que espera da vida. Mentalmente, ele não sente qualquer sensação de mal-estar, mesmo que seja analfabeto, que veja seus filhos sem escola, sem saúde, mal nutridos e mal vestidos. Por falta de conhecimento de situação com a qual compare a sua, esse agricultor não tem problema existencial, por conseguinte jamais pode-se esperar dele decisão ou esforço, no sentido de modificar essa realidade. É, portanto, um homem que não participará do processo de desenvolvimento. Em síntese — diz Bordenave —, a condição básica para a tomada de decisões favoráveis ao desenvolvimento é a percepção da existência de problemas e a consciência de que tais problemas podem ser resolvidos mediante determinados tipos de ação, preferivelmente de maneira solidária com outras pessoas.

As distâncias continentais do nosso território com seus vazios ocupacionais é — ao contrário do que muitos dizem — uma vantagem para os brasileiros, pois significa riqueza. Será a partir dessa riqueza que temos de traçar os caminhos da educação. É necessário ter em mente que, antes de procurarmos novos enfoques e técnicas para identificar as aspirações reais do homem em seu habitat, precisamos de novo conjunto de valores que assegure aos educandos uma perspectiva de desenvolvimento como seres participantes da sociedade.

Somente através da integração do homem do campo ao esforço produtivo do País, com uma educação adequada, será possível pensar na expansão econômica e social justa e equânime, com a participação de todos os brasileiros nas benesses do desenvolvimento.

O ensino rural — por estar no bojo do sistema educacional que é um dos geradores de mudança na sociedade — deverá complementar-se com outras atividades, entre as quais se destaca a organização das comunidades de forma tal que possam dar andamento, por si mesmas, às suas aspirações comuns. Esta perspectiva indica que a educação — escolar e extra-escolar — deverá estar intimamente ligada às atividades de outros setores. A coordenação do ensino rural com outros programas do setor agrícola, e de setores como a indústria, é essencial, tendo em vista a capacitação para o trabalho, frente à demanda crescente de mão-de-obra dentro do processo em desenvolvimento.

Como exemplo, voltamos aqui ao trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, que vem implementando o projeto Desenvolvimento de novas metodologias educacionais, proposto para as escolas isoladas da zona rural, onde, numa única sala, um único professor atende a alunos da 1ª à 4ª séries de 1º grau. A opção por um trabalho deste tipo foi determinada pelas dificuldades inerentes à situação de isolamento de tais escolas, por serem de difícil acesso e por nunca terem recebido orientação específica condizente com a sua realidade.

Através de observações, verificou-se que esse tipo de escola mantinha uma relação desarticulada com a comunidade a que deveria servir. Verificou-se também a atitude de desinteresse dos alunos em relação ao trabalho que ali era desenvolvido, o que contribuía para a repetência e a evasão. Este interesse evidenciava ainda mais a relação desarticulada entre escola e comunidade. Em decorrência, concluiu-se que era necessário atuar junto a tais escolas para:

- auxiliar o aluno no processo ensino-aprendizagem;

- desenvolver nele atitudes de interesse e participação junto à comunidade e, em particular, junto à escola;

- minorar a distorção série/idade e a evasão;

- proporcionar atendimento a professores, a fim de melhorar a sua atuação como agente educativo.

Em síntese, o projeto se propõe a concorrer para a melhoria do ensino de 1º grau, através de uma nova proposta pedagógica, específica para tal fim.

Segundo afirmações da Secretária Myrthes Wenzel no Seminário sobre Livro Didático, promovido por Bloch Educação, no Rio de Janeiro, "nesta proposta pedagógica, o projeto, fundamentado no pensamento de que a escola é toda a comunidade, procurou engajar a criança no mundo em que ela vive. Procurou também ativar a sua capacidade de refletir sobre a realidade que a cerca, fazendo-a valorizar e dinamizar esta realidade, através de um processo exploratório reflexivo-crítico. A todo momento estimulada a coletar

e discutir dados sobre a cultura do lugar em que vive, é estimulada também a tomar contato com pessoas de sua comunidade, a chamar essas pessoas para dentro da escola, revitalizando o processo de preservação e de criação cultural."

11. A VALORIZAÇÃO

Assim, em resumo, poderemos enunciar as seguintes medidas práticas no sentido de valorizar a educação rural:

1. Elaborar um modelo brasileiro de educação rural.

2. Formular uma estratégia nacional de educação rural sob a coordenação do MEC, a fim de evitar duplicidade de esforços e recursos.

3. Promover a desurbanização do currículo, contemplando as peculiaridades locais.

4. Criar um núcleo para utilizar tecnologias educacionais no campo, estabelecendo um processo de transferência de informações, métodos e processos existentes em centros mais adiantados, mas com o pleno respeito às nossas características socioculturais.

5. Otimizar o emprego do rádio na educação rural, através de um esforço conjugado do MEC com os sistemas estaduais de educação.

6. Estimular a formação de técnicos de nível intermediário em agropecuária, de acordo com o Parecer nº 76/75 do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu as famílias ocupacionais básicas.

7. Criar estímulos efetivos de emprego para o homem do campo, a fim de atenuar a tendência universal ao êxodo rural.

8. Preparar materiais instrucionais próprios para as áreas rurais.

9. Promover um amplo levantamento das necessidades de formação do homem do campo, dividindo o País em 41 distritos geoeducacionais, a fim de assegurar o atendimento das características regionais.

10. Estabelecer um grande programa de formação e aperfeiçoamento de professores para a zona rural, com ênfase no exercício a nível de 1º e 2º graus, procurando-se atribuir remuneração condigna a esses profissionais e reduzir o número de leigos.

Estamos convencidos de que esta é a equação do nosso ensino rural. Ele ganhará maior efetividade na medida em que todas essas idéias puderem ser enriquecidas através de um processo entusiástico de implementação. Quando isso ocorrer, o Brasil será um só, forte e desenvolvido, com a participação mais justa e equilibrada de todos nos resultados das suas extraordinárias riquezas.

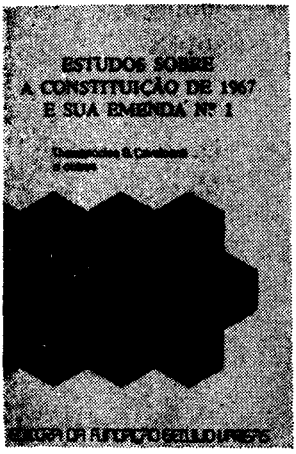
revista
brasileira
de economia

A última palavra sobre os assuntos mais importantes na área econômica, em artigos assinados por especialistas nacionais e estrangeiros, V. encontra nas páginas da
REVISTA
BRASILEIRA
DE ECONOMIA
Reserve já a sua assinatura anual (4 números) por apenas Cr$ 120,00, através de cheque pagável no RJ, em nome da FGV/ou envio de vale postal.
Mande nome e endereço à Editora da Fundação Getulio Vargas — Praia de Botafogo, 186 CP. 9.052 — Rio de Janeiro — RJ.

rbe

V. NÃO PODE PERDER OS TRÊS ÚLTIMOS LANÇAMENTOS DA EDITORA DA FGV.

Para um mundo em constantes transformações, surge a crescente necessidade de informação atualizada, séria, competente. Como os livros da Editora da FGV. Em cada lançamento, a informação que V. não pode perder.

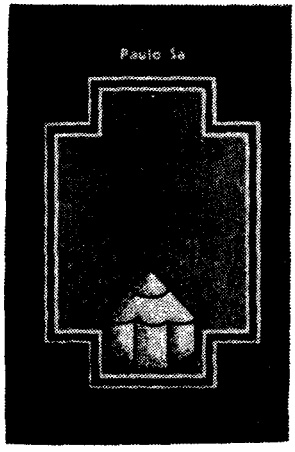


ESTUDOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE 1967 E SUA EMENDA N.º 1

Themistocles B. Cavalcanti e outros

Uma análise pormenorizada, à luz do direito constitucional, que engloba reflexões sobre aspectos como competência da União e dos estados, funções e atribuições do Congresso, do Executivo e do Judiciário, a reformulação do direito de propriedade.

276 páginas
Cr$ 120,00

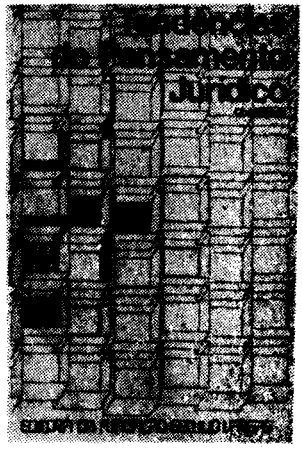


A AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES

Paulo Sá

Uma obra que trata de problemas atuais do ensino no País, tais como a qualidade das escolas de nível superior, o vestibular, a avaliação do aproveitamento dos estudantes universitários e dos alunos das escolas de nível médio, com valiosas sugestões para a solução desses problemas.

80 páginas
Cr$ 30,00



TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO JURÍDICO

Coletânea

Neste livro, especialistas do mundo inteiro tratam do mesmo assunto: o pensamento jurídico. A primeira parte aborda o desenvolvimento da ciência jurídica em vários países. Na segunda parte, são estudados diversos temas jurídicos; a terceira parte trata de assuntos polêmicos como as provisões dos "futurólogos" e o papel dos "nativos" e dos "estrangeiros" na pesquisa em países em desenvolvimento.

272 páginas
Cr$ 80,00

Em todas as livrarias

Pedidos à
á Editora da Fundação Getulio Vargas
Praia de Botafogo, 188 - Cx. Postal 9.052 - ZC-02
Rio de Janeiro - RJ